

PODER

Tensão no Congresso por causa de PEC e CPI

Na Câmara, ideia é aprovar o pacote de bondades com maioria avassaladora. No Senado, briga é por investigação no MEC

» DENISE ROTHENBURG

A 12 dias do recesso parlamentar, o Congresso decide esta semana sobre dois temas que podem mexer com o humor dos brasileiros neste ano eleitoral. Na Câmara, a PEC das Bondades, com aumento do Auxílio Brasil, criação do voucher caminhoneiro e outras benesses. No Senado, espera-se uma definição sobre a CPI do Ministério da Educação, para investigar as denúncias de favorecimento a pastores evangélicos na gestão do ex-ministro Milton Ribeiro.

A PEC tem tudo para ser aprovada, mas a CPI é uma incógnita. O foco da semana estará nos deputados, que hoje começam a debater e criar lastros para aprovação do texto sem que possa ser derrubado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), uma vez que o Novo ameaça ir à Corte contra o texto que passou no Senado a menos de quatro meses da eleição.

Hoje, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), tem reunião com a consultoria jurídica da Casa e o relator da PEC, deputado Danilo Forte (União Brasil-CE), para embasar o discurso do estado de emergência, a fim de evitar problemas com o STF: "Querem transformar o Supremo em poder moderador. Não é possível que tudo seja judicializado, sob pena de comprometer a chegada desses benefícios às famílias", diz Forte.

No jogo político, o placar de ampla maioria no Senado (72 a 1) tem tudo para se repetir na Câmara. A aposta dos parlamentares é de que se a PEC for chancelada por ampla maioria, os ministros do STF não terão condições de fechar posição contrária ao que foi decidido por maioria do Poder Legislativo, com aval do Executivo — seria o STF contra os dois outros Poderes da República. E dadas as batalhas que a Corte tem travado, há quem diga que o Supremo não vai barrar uma proposta que sequer foi analisada pela Câmara.

Risco STF

Os líderes avaliam que, hoje, esse "risco STF" é o único que envolve a PEC. A oposição tende a votar a favor, porque não quer dar ao presidente Jair Bolsonaro (PL) o discurso de que o PT e seus aliados foram contra o

aumento do Auxílio Brasil ou da criação do voucher caminhoneiro. Tanto é que, em alguns locais, o pré-candidato Luiz Inácio Lula da Silva já disse que, se eleito, tornará esse valor permanente.

Em Salvador, no final de semana, a presidente do PT, deputada Gleisi Hoffmann (PI), discursou dizendo que "Bolsonaro está desesperado" e que está, inclusive, dando "benefício para o povo brasileiro, coisa que ele não deu em três anos e meio". Ela deu o tom do que o partido dirá nos palanques a respeito da PEC.

"Eu já vi gente dizendo assim: 'Ele só está fazendo isso por causa do Lula. Vamos ganhar o benefício por causa do Lula'", observou.

Com o discurso de palanque resolvido, resta o jogo congressual, onde o PT tentará tirar velocidade dessa proposta que ajuda Bolsonaro eleitoralmente. Depois da reunião com os consultores, Lira se reunirá, amanhã, com os líderes de oposição de manhã. E com os do Centro e do centro na hora do almoço, para fechar a junção da PEC das Bondades com a PEC 15, que trata dos biocombustíveis e já estava sob a relatoria de Forte. O deputado Carlos Zarattini (PT-SP) considera absurda a junção das duas. "Tratam de assuntos diferentes", observa.

Se o PT insistir em não aceitar a junção, restará a Lira seguir por esse caminho apenas com os partidos aliados do governo. Amanhã, há, inclusive, uma audiência pública sobre a PEC 15 para debater o biodiesel como substituto do diesel derivado do petróleo, atualmente em falta no mercado, reflexo da guerra na Ucrânia.

Inicialmente, a PEC das Bondades estava orçada em R\$ 29 bilhões e destinada a compensar os estados que zerassem os impostos sobre o diesel. O governo federal buscou a saída mais rápida para aliviar a vida dos caminhoneiros e uma coisa puxou a outra. Veto a criação do voucher caminhoneiro de R\$ 1 mil, a proposta de dobrar o vale-gás, passando para R\$ 120, o Auxílio Brasil, de R\$ 400 para R\$ 600 e outros dois benefícios: o auxílio taxista e a suplementação orçamentária do Alimento Brasil, que dá incentivo à agricultura familiar, a pesca artesanal e outros. O custo total da PEC está em R\$ 41,2 bilhões.

Marina Ramoz/Câmara dos Deputados



Lira quer fechar um parecer para que a PEC das Bondades não sofra a menor contestação caso deputados decidam levá-la ao Supremo

Pacheco quer dividir decisão com líderes



Querem transformar o Supremo em poder moderador. Não é possível que tudo seja judicializado, sob pena de comprometer a chegada desses benefícios às famílias"

Deputado Danilo Forte, relator da PEC das Bondades

Pressionado pelos governistas a não instalar a CPI do MEC e pela oposição a deixar a comissão em funcionamento antes do recesso, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), dividirá essa responsabilidade com os líderes partidários na reunião de amanhã e será contestado pela oposição.

"Disse a ele que não faça isso. Consultar os líderes sobre um direito da minoria é o mesmo que consultá-los sobre se cabe habeas corpus. Não há consulta a líderes nesse tema", diz o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP). "Se não houver a leitura do pedido de CPI esta semana, vamos ao Supremo, da mesma forma que fomos para a instalação da CPI da Covid", acrescenta.

Pacheco quer dividir as responsabilidades e o governo

deseja controlar a CPI. Inclusive, quer se aproximar do PSD para que sejam indicados para o colegiado — se for instalado — senadores mais simpáticos ao Planalto ou, no mínimo, neutros.

Até chegar a esse ponto de escolha dos integrantes, porém, a negociação será árdua e Pacheco tentará vencer na argumentação. Ele já disse a alguns aliados que, na última terça-feira, apresentará suas ponderações sobre as dificuldades de se fazer CPIs em pleno processo eleitoral.

Uma das preocupações de Pacheco é que metade dos senadores estará envolvida com as eleições. Embora apenas um terço dos parlamentares esteja em fim de mandato, há outros concorrendo a governos estaduais ou à Presidência, caso da chapa

Simone Tebet e Tasso Jereissati. No DF, por exemplo, os três — Izalci Lucas (PSDB), Leila Barros (PDT) e Reguffe (Podemos) — lançaram suas pré-candidaturas ao governo local. Nesse sentido, Pacheco dirá ainda que não há senadores suficientes para todas as CPIs, se for para deixar o trabalho apenas nas mãos daqueles que não terão participação no processo eleitoral.

Ainda que a oposição consiga a leitura do pedido em plenário, não caminhará rápido. Se a maioria dos líderes decidir pela investigação, o governo tentará arrastar a instalação segurando as indicações. De quebra, insistirá no respeito à leitura e instalação dos pedidos de CPI por ordem de chegada, o que deixa a CPI do MEC no final da fila. (DR)

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

Seção: Política Pagina: 2